

Brasília-DF, 18 de novembro de 2024.

À ILMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA- CODEVASF.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2024. Processo nº 59500.002758/2022-16-e.

Assunto: Recurso Administrativo.

GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.397.484/0001-90, com sede na Avenida das Nações Unidas, 8501, 18º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070, neste ato representada por seus representantes legais, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, interpor **RECURSO**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do Edital nº 43/2024, contra a habilitação da empresa **CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.308.141/0009-23, pelas razões a seguir expostas.

I – DO OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO

O objeto do certame é a Contratação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação (TI) para operação e administração de uma Central de Serviços (Service Desk), cobrindo atendimentos de 1º, 2º e 3º níveis, tanto na sede em Brasília quanto nas 16 Superintendências Regionais e no PISF.

II - TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O Edital prevê a possibilidade de interposição de recurso, com prazo de três dias úteis, consoante se extraí:

5.3 Recursos Administrativos



5.3.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.
(...)

5.3.6 O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

Assim, tendo em vista que a empresa foi intimada acerca da decisão no dia 12/11/2024 e que o dia 15/11/2024 foi feriado nacional, o prazo recursal finda em 18/11/2024. Portanto, o presente recurso é tempestivo e por essa razão requer o seu conhecimento e processamento.

III - SÍNTESE DOS FATOS

No dia 11/11/2024, o Pregoeiro convocou a empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, doravante denominada Recorrida, para que enviasse os anexos para o item 1 do edital, concedendo-lhe o prazo de envio até às 15h30 do dia 11/11/2024, de modo a viabilizar a análise da habilitação de referida empresa, conforme item 10.2 do Edital.

Compulsando-se a documentação apresentada pela Recorrida, verifica-se que ela não atende aos requisitos de habilitação, previstos na Lei nº 14.133/2021 e estabelecidos nos itens 4.3 e 4.3.5 do Edital do Pregão nº 43/2024, vez que a quota legal OBRIGATÓRIA para preenchimento de VAGAS com profissional PCD não foi observada e respeitada pela Recorrida, descumprindo-se, assim, o regramento nacional e editalício. Confira-se:

6.1.11. Declarações a serem enviadas, em campo próprio, através do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, quando do envio da proposta:

a) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

a1) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração impedirá o prosseguimento no certame;

a2) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração



apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

c) De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

d) De que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;

e) Da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

f) De que a proposta foi elaborada de forma independente;

g) **De que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;**

h) Da Cota de Aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT

Pelo teor do Edital nº 90052/2024, percebe-se que não houve flexibilização do critério legal de exigência de reserva de vagas para pessoas com deficiência. A legislação aplicável ao caso é imperativa ao dispor que a empresa tem que comprovar que cumpre a reserva legal e que tem em seu corpo de colaboradores PcDs e reabilitados do INSS.

Em consulta ao site do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, verifica-se que a Recorrida emprega pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991. Confira-se:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS
LTDA
CNPJ: 00.308.141/0009-23
CERTIDÃO EMITIDA em 11/11/2024, às 12:21:38

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado empregava, em 08/11/2024, pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social em número **INFERIOR** ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar> com o código de verificação **x4eLaWMM24XoE2C**.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em 08/11/2024. Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após 08/11/2024 podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 86 da Instrução Normativa 02 de 8 de novembro de 2021. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).



O presente recurso visa insurgir-se contra a habilitação de uma empresa que não comprovou o cumprimento da exigência legal referente à contratação de Pessoas com Deficiência (PcD). Tal exigência é estabelecida pelo artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, que determina que empresas com 100 ou mais empregados devem reservar um percentual de cargos para trabalhadores com deficiência, conforme os critérios estabelecidos pela legislação.

IV – RAZÕES RECURSAIS

IV.1 – DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Desde o início deste 2024 os processos licitatórios e as contratações decorrentes de situações de dispensa e inexigibilidade de licitação, são regidos pela Lei nº 14.133/2021 que, entre outras inovações, traz a exigência de que os licitantes declarem cumprir, nos termos do artigo 63, IV, *“as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas”* como requisito de habilitação.

A habilitação de empresa que não comprovou o cumprimento da exigência legal de contratação de Pessoas com Deficiência (PCD) e reabilitados do INSS representa uma grave infração às regras estabelecidas pela legislação vigente. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) dispõe claramente que a reserva de vagas para PCD deixou de ser um critério opcional ou vantajoso para desempate e se tornou um pré-requisito essencial para a participação em licitações públicas.

Diferentemente da Lei nº 8.666/1993, onde a questão era tratada de forma branda, a nova regulamentação estabelece a obrigatoriedade de comprovar o cumprimento da cota de PCD como uma condição para a habilitação, sem a qual o licitante deve ser desclassificado. Este dispositivo visa assegurar a inclusão social e a observância dos direitos das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, refletindo a seriedade e o compromisso da Administração Pública com a promoção da acessibilidade e igualdade de oportunidades.

Apesar de reconhecermos os desafios enfrentados por algumas empresas na implementação dessa exigência, como a dificuldade em encontrar profissionais PCD qualificados em determinados setores, a legislação não prevê flexibilizações

que permitam ignorar ou minimizar a responsabilidade de cumprir a cota. A justificativa baseada na complexidade ou nas limitações operacionais não isenta as empresas da obrigação legal de buscar e promover a inclusão de PCD em seus quadros.

A ausência de comprovação de que a empresa cumpre essa exigência fere o **princípio da isonomia e a competitividade** do certame, prejudicando as empresas que, em conformidade com a legislação vigente, atendem integralmente às normas de inclusão e acessibilidade no ambiente de trabalho.

Sabe-se que a Administração Pública é submetida aos princípios da legalidade e à vinculação ao instrumento convocatório. Assim, **se o legislador previu um novo requisito de habilitação nas licitações, a sua flexibilização desmedida poderia violar a legalidade** e, ainda, **tornar letra morta o dispositivo legal, ignorando a intenção do legislador de compelir as empresas a se adequarem às regras trabalhistas que visam ampliar a contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.**

Ademais, ao impor uma regra no instrumento editalício, a Administração Pública tem o dever de respeitá-la e exigir o seu cumprimento por todos os licitantes, sob pena de afronta à isonomia. Assim, a flexibilização *a posteriori* de uma regra prevista no Edital poderia suscitar dúvidas quanto à higidez do certame.

No âmbito das licitações, regra geral, para verificação da regularidade da empresa (fiscal, trabalhista e previdenciária), cabe à Administração apenas a consulta às certidões emitidas pelos órgãos competentes. No caso, com relação ao cumprimento da reserva legal, é possível consultar a situação da empresa no e-social, por meio da emissão de Certidão do Ministério do Trabalho e Emprego.

No caso da habilitação fiscal, por exemplo, a verificação do cumprimento legal se dá por meio de uma certidão expedida pelo órgão competente. A Comissão de Licitação, de maneira alguma, entra no mérito de avaliar se o débito tributário é ou não devido.

Assim, entendemos que **seria inviável, na prática, transferir à Comissão de Licitação, em cada caso, a competência para decidir sobre a suficiência das medidas adotadas pelos licitantes para o cumprimento da reserva legal**



prevista na legislação trabalhista, seja por ausência de competência legal ou conhecimento técnico para realizá-la.

Ressalte-se que qualquer pessoa pode obter tal certidão, relativa a qualquer empresa, por meio do site <<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>>. A situação da empresa pode ser de desobrigada ao cumprimento das cotas (em razão do número de empregados ser inferior a 100); ou, caso obrigada ao cumprimento, de empregador em número inferior, igual ou superior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213/91. Ainda, nos termos da própria certidão emitida pelo MTE, ela reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Portanto, a certidão anexada reflete a situação da empresa com base em dados por ela mesma fornecidos ao TEM, pois cabe à empresa registrar todas as contratações laborais que faz, especificando aquelas que envolvem funcionários com deficiência ou reabilitados. Não há, portanto, como alegar que a certidão não reflete a realidade.

Importante refletir que, no caso da condição de habilitação prevista na Lei federal nº 14.133/21, não se trata de uma punição à empresa, mas de uma restrição de acesso ao mercado público. Na medida em que a lei passa a condicionar o acesso às compras públicas ao preenchimento da exigência legal (preenchimento das cotas para PCD), aquelas que não a observam simplesmente deixam de preencher a condicionante legal.

Deste modo, não há que se falar em sanção propriamente dita por comportamento ilícito ou algo do gênero. A partir da Lei Federal nº 14.133/21, somente aqueles que cumprem com a cota legal estabelecida no artigo 93 da Lei 8.213/91 passam a ter a possibilidade de participar de licitações.

A exigência em questão é objetiva e, ao que tudo indica, foi estabelecida pelo legislador federal com o propósito de reforçar uma obrigação que não vinha sendo devidamente cumprida. Ao incluir tal requisito de habilitação na legislação, o legislador estava plenamente ciente de que isso poderia, eventualmente, restringir a competitividade do certame, bem como das consequências advindas dessa medida. Contudo, ao que parece, essa foi precisamente a intenção: limitar



a participação no certame àquelas empresas que cumprem integralmente as disposições legais, promovendo uma competição mais alinhada aos princípios de conformidade normativa.

Nesse sentido, assim como se exige uma postura exemplar dos licitantes no que diz respeito ao pagamento de tributos, é igualmente indispensável que as empresas demonstrem um cumprimento rigoroso das cotas destinadas a Pessoas com Deficiência (PCD). Dessa forma, não basta a simples tentativa de atender a essa obrigação, especialmente em um cenário em que empresas concorrentes possam apresentar um cumprimento pleno das exigências legais.

Portanto, a habilitação de uma empresa que não demonstrou adequadamente o cumprimento desse requisito representa um **desrespeito à legislação** e compromete a isonomia e a lisura do certame. Em face do exposto, solicitamos que a habilitação seja reavaliada, garantindo que apenas empresas que estejam em plena conformidade com a exigência de contratação de PCD sejam consideradas aptas a participar do processo licitatório, conforme determina a Nova Lei de Licitações.

V. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se à Comissão de Licitação que:

- a) Seja reconsiderada, *in totum*, a decisão que julgou pela habilitação da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA no certame, por não comprovar o atendimento à exigência de contratação de PcDs ou reabilitados do INSS, preservando, assim, a integridade e a legalidade do processo licitatório.
- b) Acaso seja mantida a decisão recorrida – o que se admite apenas por cautela – que seja remetido o processo, instruído com o presente recurso à autoridade hierárquica superior, havendo de ser **acolhido e provido**, em todos os seus termos, reformando-se a decisão “a quo”, para:
 - b.1) **Declarar a inabilitação** da empresa CONNECTCOM TELEINFORMATICA COMERCIO E SERVICOS LTDA, por não atender aos critérios legais e editalícios,

conforme exposto nas razões recursais, uma vez que o requisito de habilitação previsto no art. 63, IV, da Lei nº 14.133/21 é objetivo e a empresa Recorrida descumpriu as regras legais e editalícias, devendo ela ser inabilitada, revelando-se impertinente a análise, pelo Município, no âmbito dos processos de licitação, das razões pelas quais a licitante deixou de cumprir com as cotas previstas na lei;

b.2) Nos termos do item 9.9 do Edital, determinar ao pregoeiro o exame da proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Por fim, requer-se o saneamento do processo licitatório, de modo a assegurar que a concorrência seja realizada em estrito cumprimento aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

Atenciosamente,

Edervan Santos Ribeiro
Representante Legal
Mobile: +55 61 98402-1626
E-mail: licita@globalweb.com.br

Diego Henrique Figueiredo
Diretor de Negócios
Mobile: +55 61 99611-2979
E-mail: diego.figueiredo@globalweb.com.br

Emília Teixeira Lima Eufrazio
Advogada – Dep. Jurídico
OAB-DF 29.423
Mobile: +61 98324-3121
E-mail: emilia.eufrazio@gti.company

